

Sob o império da racionalidade

Mais do que pelos parâmetros econômico-financeiros que contrará — alguns dos quais representam vitórias para a equipe econômica do governo Collor —, o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é importante por simbolizar o início da recuperação da credibilidade do Brasil junto ao sistema financeiro internacional. Tendo deixado de pagar os juros devidos aos bancos particulares, o Brasil colocava-se à margem desse sistema, cuja cooperação é sabidamente imprescindível à modernização econômica pretendida pelo governo. O acordo com o FMI, que poderá estar formalizado até o final deste mês, é o passo inicial e indispensável à reintegração brasileira.

A credibilidade, como observou o presidente Fernando Collor de Mello na reunião ministerial de ontem, sustenta-se nas “radicais modificações de curso da gestão econômica”, que estão permitindo, de um lado, o saneamento das finanças públicas e, de outro, a recuperação da eficácia das principais armas do governo na luta antiinflacionária, que são as políticas monetária e fiscal. Com o rigoroso programa de ajuste econômico, completou o presidente, “estão postas, com êxito, as condições para negociações com os credores internacionais sob o império da racionalidade”.

Nas negociações com a missão técnica do FMI, a equipe do Ministério da Economia foi persistente na defesa dos instrumentos e dos objetivos do programa econômico — ou de sua “racionalidade”, como quer o presidente. Conseguiu, desse modo, algumas concessões importantes, tanto na definição de metas para as contas públicas, como na instituição de um mecanismo de revisão dessas metas em novembro, quando a tendência da inflação estará mais clara. Mais ainda, conseguiu do FMI a concessão de um financiamento de US\$ 2 bilhões, cuja liberação

não estará condicionada ao pagamento dos juros devidos aos credores particulares.

A questão dos juros atrasados chegou a ameaçar o acordo. Ao que se sabe, o FMI queria exigir do Brasil um compromisso formal de que reiniciaria rapidamente os pagamentos, enquanto o governo brasileiro dizia que só faria esses pagamentos após uma negociação de toda a dívida externa. No encontro com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, na semana passada, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauster, afirmaram que os entendimentos com os bancos serão iniciados o mais rapidamente possível.

O presidente Collor está confiante em que, com a recuperação da credibilidade do País, “negociações delicadas, como a da dívida, ganhem fluidez”. Isso começou a acontecer no caso das negociações com o FMI, que, com o acordo, dá um importante aval ao programa econômico brasileiro. Não se deve, porém, esperar igual **fluidez** nas negociações com os bancos particulares.

Sem dúvida, o Brasil, hoje, tem condições de negociar um acordo mais favorável do que os anteriores, por estar promovendo profundas modificações em sua economia, com o objetivo de integrá-la à dos países desenvolvidos. É preciso lembrar, no entanto, que dirigentes de alguns dos principais bancos credores continuam muito irritados com a decisão do governo anterior de suspender o pagamento dos juros ainda não revista pelo atual. Estima-se que os atrasados somem US\$ 8 bilhões, quantia que deve crescer até o final do ano. Isso quer dizer que o País ainda terá de vencer várias dificuldades até voltar a receber os recursos externos particulares de que necessita para crescer.